



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta e oito minutos, teve início a **primeira Sessão Extraordinária do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho**, destinada à eleição para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho para o biênio de 2024 a 2026. O Excelentíssimo Senhor Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal, presidiu a sessão, que contou com a participação dos Excelentíssimos Senhores Ministros Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Vice-Presidente do Tribunal, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio José Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Alberto Bastos Balazeiro, Morgana de Almeida Richa, Sergio Pinto Martins, Liana Chaib e Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e a Excelentíssima Senhora Maria Aparecida Gugel, Vice-Procuradora-Geral do Trabalho. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Ministra Dora Maria da Costa, Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho. O Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal declarou aberta a sessão e cumprimentou os Senhores Ministros, a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, os advogados e os servidores. Em seguida, quando franqueada a palavra para comunicações, o Excelentíssimo Senhor Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho a solicitou para o seguinte registro de pesar: *“Inicialmente, cumprimento V. Ex.^a, meus ilustres pares. Não vejo ainda Representante do Ministério Público. Cumprimento os Srs. Advogados e os Srs. Servidores. Quero apenas, Sr. Presidente, fazer um registro de pesar pelo falecimento, hoje, em São Paulo, do ex-Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto. S. Ex.^a foi um notável economista, notável político brasileiro. S. Ex.^a não só foi Ministro da Fazenda como também foi Ministro da Agricultura, do Planejamento, foi Deputado Federal, além de Embaixador do Brasil na França, um nome notável e também bastante longo. Para nós, especialmente como Vice-Presidente da*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, sentimos o passamento deste acadêmico também. S. Ex.^a, junto com Roberto Campos, Ernane Galvêas, Mário Henrique Simonsen, dentre os economistas, foi um dos fundadores da Academia. O Ministro Delfim Netto sempre teve este viés, ao mesmo tempo, prático e acadêmico, sempre fundamentando muito as suas posições como Ministro nos seus estudos, nos seus livros, no seu conhecimento de economia. Então, fica aqui a nossa homenagem póstuma ao Ministro Antônio Delfim Netto, pedindo a Deus que o receba na sua misericórdia neste momento. Que esta singela homenagem seja, em notas taquigráficas, enviada para seus familiares em luto.” O Excelentíssimo Senhor Ministro Lelio Bentes Corrêa agradeceu pelas palavras, adotando-as como votos de pesar da Corte. Não havendo mais manifestações, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal deu início ao processo de eleição dos Ministros que exercerão os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no biênio de 2024 a 2026. Preliminarmente, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal informou que, nos termos do art. 30, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, a Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi renunciou expressamente em concorrer ao cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Os Excelentíssimos Senhores Ministros Augusto César Leite de Carvalho, Evandro Pereira Valadão Lopes e Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, por sua vez, manifestaram renúncia a concorrer aos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Tribunal e de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal registrou: *“A Corte tem por tradição a eleição por escrutínio secreto. Porém, ressalto que, em virtude das conversas naturais entre os integrantes da Corte ao longo das últimas semanas, felizmente, formou-se um consenso em torno de três nomes para estes cargos, que, seguindo a nossa tradição de mais de oito décadas, são os três colegas mais antigos elegíveis. Penso que estamos no limiar de uma nova era do nosso Tribunal mercê do amadurecimento, das relações lhanas e de confiança que nos vinculam, demonstrando absoluta coesão de propósito e de visão institucional no âmbito da Corte. Somos um Tribunal, temos ideias diferentes e estamos sempre dispostos a defendê-las com todos os argumentos e com todo o denodo, mas somos, acima de tudo, Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho. Este é o norte que conduz as nossas atuações e as nossas relações.”* Desse modo, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal submeteu ao colegiado o nome do



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga para exercer o cargo de Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho durante o biênio de 2024 a 2026, tendo sido eleito por aclamação. Assim, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal proclamou que o Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga foi eleito para exercer o cargo de Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho durante o biênio de 2024 a 2026. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal submeteu ao colegiado o nome do Excelentíssimo Senhor Ministro Mauricio José Godinho Delgado para exercer o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho durante o biênio de 2024 a 2026. Sua Excelência foi eleito por aclamação. Consequentemente, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal proclamou que o Excelentíssimo Senhor Mauricio José Godinho Delgado foi eleito para exercer o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho durante o biênio de 2024 a 2026. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal submeteu ao colegiado o nome do Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para exercer o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho durante o biênio de 2024 a 2026, que foi eleito por aclamação. Logo, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal proclamou que o Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho foi eleito exercer o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho durante o biênio de 2024 a 2026. Encerrada a proclamação dos resultados, o Excelentíssimo Senhor Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal, assim se manifestou: *“Nessa oportunidade, congratulo-me com a nova Administração eleita. Desejo a S. Ex.^{as} uma judicatura feliz e plena, como a que tive oportunidade de exercer até aqui, mercê do apoio indispensável de todas, de todos e cada um dos ilustres integrantes desta Corte Superior. Essa demonstração, mais essa demonstração de confiança e de amizade de V. Ex.^{as}, aumenta o meu orgulho de integrar esse seletto Colegiado. Ministro Aloysio, sei que são grandes os desafios da Presidência, mas tenho certeza de que V. Ex.^a, na companhia do Ministro Mauricio Godinho Delgado e do Ministro Vieira de Mello Filho, estará à altura e saberá conduzir com sabedoria, com serenidade e com espírito público a nossa instituição. É um privilégio ombrear este Tribunal com V. Ex.^{as} e será um privilégio ainda maior seguir na bancada sob a liderança firme e serena de V. Ex.^a. Meus cumprimentos, então, ao Presidente eleito. Ainda tenho mais algumas*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

semanas pela frente, mas meus cumprimentos efusivos ao novo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ao novo Vice-Presidente e ao novo Corredor-Geral. Que a caminhada de V. Ex.^{as} continue a ser abençoada e iluminada por Deus.” Em seguida, a palavra foi franqueada ao Presidente eleito, o Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga, que se manifestou nos seguintes termos: *“Este é um momento que jamais experimentei na minha história de vida. Quero dizer, em primeiro lugar, da minha emoção em receber esta honraria dos meus amigos, colegas do Tribunal Superior do Trabalho. A responsabilidade que me envolve e que me traz com essa demonstração de confiança de todas as S. Ex.as é para mim motivo de enfrentar um desafio. Um desafio da importância que representa o Tribunal Superior do Trabalho no cenário nacional. Precisamos reafirmar a nossa história, a nossa autoridade, a nossa força, na medida em que comemoramos e fizemos a comemoração dos 80 anos da CLT. 80 anos da Justiça do Trabalho em que nos dedicamos a uma área do Direito em que se notabiliza a questão social. Depende de nós uma resposta célere e efetiva para que possamos pacificar essa questão social no Brasil. E dizer que para mim é uma honra poder exercer a Presidência do Tribunal. Eu não esperava por isso. E dizer o seguinte: por opção, há quarenta e três anos – eu estava dizendo há poucos instantes – quando tomei posse como Juiz, a Consolidação, a CLT, tinha 37 anos de idade. Era uma jovem. Continua jovem ainda pela sua atualidade neste cenário tão conturbado do País. Mas quarenta e três anos se passaram. Pude exercer por um desígnio de Deus o cargo de Juiz Substituto, Juiz Titular, Convocado como Desembargador no TRT da 1.^a Região, exercer funções de Desembargador naquele Tribunal, ser convocado para o Tribunal Superior do Trabalho onde permaneci os seis anos da convocação e me tornar Ministro. E já aqui como ministro há vinte anos. Quero dizer exatamente o seguinte: valeu a pena. Está valendo a pena. É preciso que tenhamos essa história com a instituição. Ela pode fazer parte e passa a fazer parte de nós quando ingressamos. Aqui dedicamos a nossa vida, a nossa história. É um momento de união de todos nós com o objetivo de proporcionar e demonstrar a importância da Justiça do Trabalho no cenário nacional, junto aos outros Órgãos do Poder Judiciário, às instituições. Trazer e mostrar o que fazemos e a nossa importância. Para isso, claro, conto com todos e vou contar com toda Corte. Aos meus colegas, amigos, companheiros da Administração do Tribunal, Ministro Mauricio Godinho Delgado como Vice-Presidente, Ministro Vieira de Mello Filho como Corregedor, quero dizer o seguinte: Tudo nos espera. Precisamos agir. E precisamos agir com a finalidade de proporcionar à*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

sociedade uma resposta efetiva, uma resposta segura com coerência e com estabilidade das nossas decisões. Precisamos trazer toda a comunidade da Magistratura Trabalhista Nacional para um novo propósito, um novo desafio. Em primeiro lugar, é preciso que voltemos à nossa origem em que os princípios do processo do trabalho estavam na conciliação, o marco da própria atuação do Poder Judiciário, em que a autonomia da vontade era muito mais importante com a nossa mediação. Isso ficou demonstrado com a atuação da Conaproc nesse período. A instalação do Cejusc no Brasil a partir de 2014. O Cejusc/TST. O resultado, a arrecadação, os acordos celebrados. Ano passado foram sete bilhões no Brasil. A contribuição do Cejusc/TST nesse período foi de um bilhão. E dizer exatamente o seguinte: o recolhimento previdenciário que daí resultou, com a inserção social nesse sentido. A cultura de precedentes precisa ser reafirmada nesse cenário. Precisamos firmar a nossa vocação para que as nossas decisões tenham segurança, estabilidade e coerência. Não é possível que casos iguais sejam julgados de maneira diversa. Caso igual não é caso parecido; por isso que é preciso atenção. Os casos iguais se repetem, são repetitivos, e a decisão precisa ser uniforme. Casos parecidos precisam ser enfrentados com maior profundidade. E com isso nós vamos ter um resultado cada vez mais produtivo, cada vez mais efetivo, e o êxito demonstrará com a nossa atuação. É preciso que nós tenhamos, em primeiro lugar, força e fé e, acima de tudo, a união. A nossa união fará a força. Precisamos demonstrar isso em todo cenário em que atuamos. Por isso que peço, com o coração aberto, a participação de todos nós, para que possamos fazer a diferença. Agradeço muitíssimo e vou ter a companhia de V. Ex.as, como terei a companhia de todos, e essa companhia de todos fará, de fato, que tenhamos uma grande história para contar. Muito obrigado, Excelências.” Sucessivamente, concedeu-se a palavra ao Vice-Presidente eleito, o Excelentíssimo Senhor Ministro Mauricio José Godinho Delgado, que assim se manifestou: *“Em primeiro lugar, minhas palavras são de agradecimento a todos os Ministros e as Ministras do Tribunal Superior do Trabalho, por esse voto de confiança à minha pessoa, no exercício honroso do cargo de Vice-Presidente do TST. O que posso prometer é o que tenho feito ao longo dos meus trinta e cinco anos de Magistratura, uma dedicação total, intensiva, de absoluta boa-fé, de vinculação completa à Justiça do Trabalho, à nossa Constituição. Tive a sorte, a felicidade de tomar posse logo em seguida à promulgação da Constituição de 1988, a qual expressa toda a minha concepção de vida, de trabalho, de relação com os colegas, de respeito e consideração ao Direito e à população a quem serve o Tribunal Superior do Trabalho. Minha*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

dedicação será absoluta, na Vice-Presidência, nessa linha apontada pelo Ministro Aloysio, de afirmação da Justiça do Trabalho, de afirmação no Direito do Trabalho, de afirmação de todas as esferas do nosso campo do Direito e do nosso campo do Poder Judiciário. Tenham certeza de que a Vice-Presidência estará aberta a todos os colegas, a todos os jurisdicionados, ao Ministério Público do Trabalho, à Advocacia Trabalhista, que representa os jurisdicionados brasileiros e a toda a sociedade brasileira, no sentido de afirmar a justiça social, que é o campo do Judiciário, que mereceu da Constituição de 1988 o mais forte incentivo, respeito e homenagem em favor da população brasileira. Muito obrigado a todas e a todos.” Posteriormente, a palavra foi conferida ao Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho eleito, que se manifestou com os seguintes dizeres: *“Eu queria, inicialmente, cumprimentar V. Ex.^a pela transição serena, pacífica e unida do Tribunal para essa nova gestão e Administração; cumprimentar os nossos colegas, Ministras e Ministros, pela generosidade e nobreza da compreensão da importância da união, neste momento, para a instituição, sobretudo para a instituição porque as instituições ficam e nós passamos. Esse momento para mim é de particular emoção, porque, embora eu tenha exercido o cargo de Diretor da Enamat, Vice-Presidente do Tribunal, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, agora, como Corregedor Nacional, fui premiado nessa vida pela oportunidade que meu pai não teve enquanto membro deste Tribunal, porque foi tragado pelos problemas de saúde. Por essa razão, a minha tarefa na Corregedoria é o cargo talvez menos simpático de todos eles, em prol da instituição e, sobretudo, de uma concepção republicana no exercício da atividade jurisdicional e da instituição Justiça do Trabalho. Tudo aquilo que for importante e necessário para o bem-estar da sociedade brasileira, para o equilíbrio da sociedade brasileira e, sobretudo, para a eficiência do serviço judiciário brasileiro e, sobretudo, para a nossa instituição, Tribunal Superior do Trabalho, eu o farei de forma como fiz ao longo desses trinta e sete anos na carreira da Magistratura. Digo aos meus pares, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Ministro Mauricio Godinho Delgado e a todos os Srs. Ministros e Ministras desta Corte, que nós estaremos unidos para fazer o melhor para essa instituição, servir à sociedade brasileira. É isso que se espera de uma instituição pública e de uma instituição que tem a função vertical de pacificar os conflitos capital e trabalho no Estado brasileiro. E que a nossa confiança na competência, na força desta Corte para a sociedade brasileira e perante as outras Cortes de Justiça, será em continuidade a todo o trabalho prestado.*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

Agradeço também, ao final, à Ministra Dora que, gentilmente, de forma quase que uma antevisão com otimismo, já iniciara comigo várias tratativas para que nós pudéssemos ter uma gestão e não uma transição. O Ministro Aloysio terá uma gestão à frente da Presidência, o Ministro Mauricio Godinho, na Vice-Presidência e eu na Corregedoria. Nós trabalharemos por uma gestão, não por uma passagem. E que os Tribunais brasileiros saibam que nós estamos prontos para trabalhar, prontos para servir, republicamente, o nosso País e o Poder Judiciário. Muito obrigado.” Na sequência, teve a palavra a Excelentíssima Senhora Maria Aparecida Gugel, Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, que assim congratulou os eleitos: *“Peço, em primeiro lugar, minhas desculpas por ter me atrasado alguns minutos; algo que foi contra a minha vontade, mas aqui estou e, felizmente, cheguei já com a aclamação de V. Ex.^{as}, Ministro Aloysio, Ministro Mauricio Godinho e Ministro Philippe. Recebam os cumprimentos do Ministério Público e saibam que o Ministério Público está à disposição de V. Ex.^{as}. Como disse o Ministro Philippe, que a gestão seja eficiente, eficaz e dela o Ministério Público poder contribuir à sua maneira a serviço da sociedade e a serviço também, claro, das responsabilidades constitucionais e legais que temos aqui perante o Tribunal Superior do Trabalho. Parabéns!”* Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal, agradecendo aos Ministros, declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Giovani Nogueira Soriano, Secretário-Geral Judiciário, lavrei esta Ata, que é assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e por mim subscrita. Brasília, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário